

Continuação



Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									
6. Títulos e Valores Mobiliários									
Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento									
	Valor do Custo Amortizado	Valor Contábil	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total			
	31/12/2025	31/12/2025							
Ativos Financeiros									
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado									
Títulos Privados									
Cotas de Fundo de Investimento - Renda fixa (1)	1.863.467	1.863.467	1.863.467	-	-	1.863.467			
Total de Títulos e Valores Mobiliários	1.863.467	1.863.467	1.863.467	-	-	1.863.467			
(1) Em 31 de dezembro de 2025, a carteira do Fundo de Investimento está composta por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais, com lastro em NTN-F e LFT. As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente. O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a Santander Brasil Consórcio não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.									
7. Ativos e Passivos Fiscais									
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos									
Ativos Fiscais Diferidos						31/12/2025	5.290		
Impostos e Contribuições a Compensar							40.492		
Total							45.782		
Não Circulante							45.782		
a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos									
	Origens	Saldo em 31/12/2025	Consti- tuição	Realiza- ção	Saldo em 31/12/2025				
	31/12/2025	31/12/2024							
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.551	641	1.482	(1.255)	868				
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	9.360	1.178	2.032	(28)	3.182				
Outras Provisões Temporárias (1)	3.648	1.359	-	(119)	1.240				
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	15.559	3.178	3.514	(1.402)	5.290				
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	15.559	3.178	3.514	(1.402)	5.290				
Não Circulante		3.178			5.290				
(1) Inclui ativo fiscal diferido sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios. Em 31 de dezembro de 2025, a Santander Brasil Consórcio não possui créditos tributários não ativados. O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.									
a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos									
		31/12/2025	Diferenças Temporárias	Total					
Ano	IRPJ		CSLL						
2026	1.644		592	2.236					
2027	319		115	434					
2030	1.926		694	2.620					
Total	3.889		1.401	5.290					
Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.									
a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos									
O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 4.144, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, a taxa média de captação e outras obrigações, projetada para os períodos correspondentes.									
b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos									
Impostos e Contribuições a Pagar						31/12/2025	94.358		
Total							94.358		
c) Imposto de Renda e Contribuição Social									
		01/01 a 31/12/2025							
Resultado antes dos Impostos		782.265							
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente		(265.970)							
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis		(335)							
JCP		21.757							
Demais Ajustes		(310)							
Imposto de Renda e Contribuição Social		(244.858)							
d) Despesas Tributárias									
		01/01 a 31/12/2025							
Despesas com COFINS		91.762							
Despesas com ISS		56.520							
Despesas com PIS/Pasep		19.543							
Outros Tributos		591							
Total		168.416							
8. Outros Ativos									
						31/12/2025			
Devedores por Depósitos em Garantia							13.444		
Para Interposição de Recursos Fiscais							362		
Para Interposição de Recursos Trabalhistas							1.149		
Para Interposição de Recursos Cíveis							33.694		
Títulos e Créditos a Receber (1)							5.396		
Rendas a Receber							365.247		
Outros Valores e Bens (2)							17.661		
Amortizações de cotas de consórcio adquiridas							1.600		
Outros							438.553		
Total							438.192		
Circulante							362		
Não Circulante									
(1) Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.									
(2) Refere-se a comissões pagas a terceiros antecipadamente, incorridas pela entidade para obtenção de contrato com o cliente.									
ADMINISTRADORES									
Aline Ariane Silva Araujo	Reginaldo Antonio Ribeiro				Marcelo Aleixo				Rachel Rhein Silva
Contadora									
Anna Paula Dorce Armonia - CRC N° 1SP198352/9									
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras									
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.									
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras									
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:									
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e									
suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.									
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.									
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.									
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.									
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.									
São Paulo, 27 de março de 2026									
pwc									
PricewaterhouseCoopers									
Auditores Independentes Ltda.									
CRC 2SP000160/O-5									
Caio Fernandes Arantes									
Contador CRC SP-222767/O3									

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 30/03/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/30/SANTANDERBAC1588459230032026.pdf>
Hash: 1774648801f971de059357441fa6d0f9a41a82608e